

As memórias ficcionais de um cárcere factual: relendo a H(h)istória nas memórias literárias de Graciliano Ramos¹

Fictional memories of a factual prison: rereading H(h)istory in Graciliano Ramos literary memories

Amanda Laís Jacobsen de Oliveira

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa – Marabá – Pará – Brasil

Juliana Prestes de Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil

Nícollas Cayann Teixeira Dutra

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil

Resumo: Ao olharmos as construções linguísticas humanas, podemos compreender, em uma relação recíproca, que a História pode tratar da Literatura, assim como a Literatura pode ler (e contar) a História. Nesse sentido, estabelece-se uma relação que desestabiliza uma série de pressupostos, como, por exemplo, os limites entre realidade e ficção. Existindo nesse limite tênue, estão as Memórias do Cárcere (1953), de Graciliano Ramos, às quais dedicamos o foco neste artigo. Para isso, consideramos sua escrita não apenas como criação narrativa poética, mas também como registro histórico. Nesse sentido, tem-se em conta, ainda, o contexto de produção e, posteriormente, publicação do livro, lembrando que foi escrito em um período histórico no qual ainda não se mencionava, livremente, a repressão sofrida pelos presos políticos no governo de Getúlio Vargas. Destarte, a sua trama narrativa pode ser lida como relativização ou até mesmo desconstrução do discurso oficial da época, divulgado por inúmeros meios de circulação. Propomo-nos, então, por fim, a observar o texto de Graciliano como linguagem literária que permite uma releitura da história.

Palavras-chave: Memórias do Cárcere. Literatura. História. (re)leitura.

Abstract: While looking at human linguistic constructions we understand, in a reciprocal relation, that History talks about Literature, as well as Literature can read (and tell) History. This relationship makes many concepts unstable, such as the boundaries between reality and fiction. Existing in this fine line are Graciliano Ramos's Memórias do Cárcere (1953) to which we dedicate the focus of this article. To do so, we think of it not only as a poetic narrative creation but also as a historical record. Thence, we take the book's writing and publication context into account remembering that it has been written in a historical period when one could not freely talk about Getúlio Vargas's government repression over political prisoners. Thus, we can read Graciliano Ramos' narrative as a way to rethink or deconstruct this period's official discourse spread by many media. We observe this Graciliano's work as a literary text that allows H(h)istory's (re)reading.

Keywords: Memórias do Cárcere. Literature. History. (re)reading.

¹ Este texto é fruto da fala e das discussões promovidas em uma comunicação apresentada no XII Seminário Nacional de Literatura, História e Memória e III Congresso Internacional de pesquisa em Letras no contexto latino-americano, ocorrido em novembro de 2015, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Cascavel-PR.

“Mas acredite num velho que nasceu com este século e já viu muita coisa. Quando tudo isso passar, todo mundo vai esquecer – a não ser quem pagou do próprio sangue” (MACHADO, 2005, p. 107).

“Ficção precisa ter uma verossimilhança que raramente a verdade tem” (MACHADO, 2005, p. 48).

1 Introdução

A literatura acompanha as gerações por seu papel de registro linguístico e histórico. Nesse sentido, a linguagem poética do texto ficcional mais do que apenas relatar os fatos ficcionais ou entrelaçá-lo com acontecimentos históricos, vem também para relativizá-los, ao fornecer variadas perspectivas acerca de uma historiografia apresentada como verídica.

Em comparação com os textos históricos e oficiais, podemos dizer que a obra literária possui uma liberdade artística e documental, que a possibilita narrar e tratar dos fatos de modo não somente a perpetuá-los, mas também para problematizá-los. Com suas estratégias poéticas e estilísticas, a literatura consegue, por vezes, fugir à repressão e à censura do controle governamental e midiático; e, por isso, é objeto interessante para investigação. Enquanto

[a] historiografia [...] vasculha o passado dando-lhe contornos visíveis e demonstráveis; a literatura, quando o enuncia, empreende a simbolização das referências oriundas da pesquisa histórica, podendo inclusive desestabilizá-las no âmbito da invenção poética (MILTON, 2012, p. 10).

Ao adentrarmos em um romance, devemos dar atenção às formas como ele mescla a ficção e a história, pois “[...] a literatura mistura continuamente o mundo real e o mundo possível: ela se interessa pelos personagens e pelos acontecimentos reais” (COMPAGNON, 2012, p. 133).

[S]em lugar a dúvidas, a disciplina histórica é filão inesgotável para a invenção poética, instituindo-se como uma plataforma de signos sobre a qual a narrativa literária engendra seus vastos mundos. Por outro lado, é indiscutível que as criações ficcionais também servem como testemunhos de épocas para a interpretação histórica e que, entre os dois universos, cada qual orientado por suas próprias leis, impõem-se canais de

negociação que se abrem ao estabelecimento de múltiplos sentidos (MILTON, 2012, p. 10).

Muitas vezes os autores utilizam da sua escrita para registrar acontecimentos que envolveram a vida dos demais e/ou a sua própria. E, a partir dos seus textos, temos acesso a uma perspectiva diferenciada, que fornece interpretações da História a serem consideradas em paralelo com as versões históricas e oficiais. É o que pode ser observado ao lermos a obra *Memórias do Cárcere* (1953)², do escritor brasileiro Graciliano Ramos.

O livro de memórias de Graciliano Ramos foi escrito a partir do testemunho desse enquanto enclausurado pelo governo de Getúlio Vargas no ano de 1936. Entretanto, a obra foi publicada postumamente, em 1953, tendo ficado inacabada, sem o último capítulo. De qualquer forma, mesmo o autor morrendo antes de finalizá-lo, o texto ficou conhecido por seu aspecto sensível ao tratar das percepções subjetivas do narrador, personagem e autor da obra.

Por ser um livro de memórias, há mesmo um embate na decisão de denominá-lo como texto literário e como romance. Contudo, os recursos estilísticos de Graciliano, e o modo sensível ao descrever e escrever o mundo e aqueles que o rodeiam, permitem que identifiquemos a obra como literatura. Ao pensar nisso, o trabalho aqui apresentado busca explicitar a relação da literatura e da História, através do relato e da criação literária de Graciliano Ramos, tratando a obra do autor acima referida como literatura de testemunho; tendo em vista que, como afirma Alfredo Bosi (2002, p. 221), o livro se trata de uma obra que se situa na intersecção de memórias e engajamento, não sendo pura ficção, nem pura historiografia.

Há que se voltar os olhos para as *Memórias* do brasileiro Graciliano Ramos, pensando qual a sua presença como romance histórico. Lendo-o em acordo com o que afirma Fredric Jameson (2007, p. 192), ao dizer que o romance histórico não trata nem apenas das existências individuais, nem somente dos acontecimentos históricos, mas da intersecção de

² Para a realização deste trabalho utilizou-se a versão publicada em dois volumes, em 1979, pela Editora Record.

ambos. O evento trespassa e transfixa de um só golpe o tempo existencial dos indivíduos e seus destinos:

O romance histórico [...] não será a descrição dos costumes e valores de um povo em um determinado momento de sua história [...] não será a representação de eventos históricos grandiosos [...] tampouco será a história das vidas de indivíduos comuns em situações de crises extremas [...] e seguramente não será a história privada das grandes figuras históricas [...]. Ele pode incluir todos esses aspectos, mas tão-somente sob a condição de que eles tenham sido organizados em uma oposição entre um plano público ou histórico (definido seja por costumes, eventos, crises ou líderes) e um plano existencial ou individual representado por aquela categoria narrativa que chamamos de personagens (JAMESON, 2007, p. 192).

Para a realização deste trabalho, então, na perspectiva aqui tomada, "considera-se que a historiografia e ficção dividem o mesmo ato de refiguração ou remodelamento de nossa experiência de tempo por meio de configurações da trama; são atividades complementares" (HUTCHEON, 1991, p. 135). E, desse modo, problematiza-se o limite tênue entre os espaços textuais que, na realidade, formam um só, evidenciando uma importância, ao mesmo tempo, literária e histórica: "o romance realmente encena a percepção de que aquilo que 'conhecemos' sobre o passado provém dos discursos desse passado" (HUTCHEON, 1991, p. 177, grifo da autora).

2 Memórias de um contexto e autor

A fim de nos situarmos em relação ao ambiente que perpassa a obra aqui analisada, faz-se necessário uma breve retomada sobre o que foi o Estado Novo. Na década de 1930, Getúlio Vargas, apoiado por diversos estados brasileiros, buscava acabar com a oligarquia da República Velha. Assim, a Revolução de 1930 conseguiu colocar um fim nesse regime e Vargas assumiu a presidência. Porém, o que deveria ser sinônimo de benefícios para o Brasil, acabou não ocorrendo como o esperado. Em 1934, dever-se-ia promover as eleições para a presidência, mas Getúlio Vargas conseguiu, por meio de acordos, permanecer na presidência até 1938, ano de eleições.

Contudo, novamente Getúlio criou uma estratégia para se manter no poder até 1945. Com tais manobras, parte da população estava descontente e muitos estavam se organizando contra o governo de Vargas.

Em 1937, houve denúncias de que os comunistas estavam planejando tomar o poder. Essa informação serviu de base para Getúlio começar o seu governo opressor e garantir a sua permanência no poder, pois, sob a "bandeira" de proteção do país contra o comunismo, persistia à frente do governo brasileiro. Dessa forma, instaurou-se no país o Estado Novo, fruto do Golpe de Estado realizado por Getúlio em 1937. Em novembro desse mesmo ano, iniciou a ditadura com o intuito de capturar e reprimir os comunistas, ou qualquer manifestação contra o governo. A chamada Era Vargas durou quinze anos, estabelecendo-se até 1945 e deixando a semente para a ditadura posterior, que o Brasil enfrentaria em 1964.

Durante o Estado Novo, inúmeras pessoas foram presas, torturadas e mortas. Dentre as pessoas aprisionadas, estavam Luís Carlos Prestes, Monteiro Lobato e Graciliano Ramos. Também foram censuradas manifestações artísticas e de informação e a publicação de algumas obras literárias. Além disso, Vargas acabou com os partidos políticos e o Congresso Nacional foi fechado, além de criar uma nova Constituição. Durante esse período, houve também grande propaganda nacionalista em busca de uma identidade nacional coesa. Apesar da repressão, no governo de Vargas foram decretados o Código Penal, as leis trabalhistas, a moeda nacional (na época o Cruzeiro), o Ministério da Aeronáutica e o Conselho Nacional do Petróleo, salário mínimo e o FGTS. Determinações que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento do Brasil, o que provavelmente auxiliou para sua popularidade que, em muitos lugares, ainda perdura na sua boa imagem como governante, resultando em homenagens a ela em forma de praças com seu nome.

A partir de 1943, o Estado Novo começou a declinar; protestos contra o governo foram realizados e, com o final próximo da Segunda Guerra, os manifestos pela redemocratização ficaram ainda mais fortes. Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi

deposto por um movimento liderado por generais e chegou ao fim o Estado Novo.

Como já mencionado anteriormente, uma das figuras nacionais a serem detidas pelo governo de Getúlio Vargas foi o escritor Graciliano Ramos. Esse alagoano, escritor precoce, teve uma vida repleta de envolvimento com a política, sendo eleito, inclusive, prefeito. Graciliano Ramos ficou conhecido em todo o Brasil com a publicação de seus dois primeiros romances (*Caetés*, em 1934, e *São Bernardo*, em 1935). No entanto, nessa época, o governo de Getúlio Vargas se tornou mais rígido e limitou a liberdade de expressão. Essa repressão resultou na prisão de várias pessoas que eram consideradas de esquerda ou que podiam apresentar algum tipo de ameaça ao governo, um dos acusados por esses crimes foi Graciliano Ramos: "[e]m março de 1936 é preso como subversivo. Embora sem provas de acusação, levam-no a diversos presídios, sujeitam-no a mais de um vexame e somente o liberam em janeiro do ano seguinte" (BOSI, 2006, p. 428).

Enquanto preso, os amigos do escritor, principalmente José Lins do Rego, fizeram inúmeros contatos para tentar libertá-lo. Em uma dessas tentativas, José Lins enviou um pedido a Vargas em favor de Ramos, e o presidente respondeu que, se não tivesse nada de concreto contra o escritor, poderia ser liberto. É assim que, em janeiro de 1937, Graciliano foi solto.

Depois de trabalhar como escritor e ocupar outros cargos públicos, ele teve problemas com o alcoolismo e câncer de pulmão. Após ter sido hospitalizado por mais de uma vez, em 1953, seu estado de saúde piorou e ele veio a falecer no dia 20 de março, deixando inacabadas as suas *Memórias do Cárcere*.

3 As memórias ficcionais de um cárcere factual

As memórias de Graciliano Ramos, a respeito do tempo em que passou recluso, foram postas no papel após a sua saída da prisão. Entretanto, como pode ser lido ao longo da obra, a ideia e as notas foram tomadas (física e mentalmente) já nos

momentos em que o autor se encontrava no cárcere. Graciliano foi preso sem acusação formal, sendo colocado em um navio, em situação hostil e precária, a caminho do Rio de Janeiro. A sua obra, então, narra inúmeras passagens, desde momentos prévios a sua prisão, até os últimos dias na reclusão, tendo o livro ficado inacabado, como supramencionado, devido à morte do escritor. De acordo com Antonio Candido (1992, p. 88):

Memórias do Cárcere, a que o autor consagrou toda a fase final da vida e só veio à luz depois da sua morte, é depoimento, relato que se esforça por ser direto e desataviado, testemunho sobre o mundo da prisão, visto do ângulo da sua experiência pessoal. Abandonadas as vias da criação fictícia, Graciliano Ramos se concentra no documento, mas guarda os traços fundamentais da sua arte narrativa e da sua visão do mundo.

Graciliano não demonstra nenhuma resistência à prisão, pelo contrário, segue o caminho calmamente até o cárcere e, da mesma forma, age ao longo do tempo que passa encarcerado e é levado, sem explicação, de um lado para o outro. Como ele mesmo aponta, ao refletir: "Nada afinal do que eu havia suposto: o interrogatório, o diálogo cheio de alçapões, alguma carta apreendida, um romance com riscos e anotações, testemunhas, sumiram-se. *Não me acusavam, suprimiam-me*" (RAMOS, 1979a, p. 51, grifo nosso); percebendo a "[a]usência de interrogatório, nenhum vestígio de processos" (RAMOS, 1979a, p. 112). Enquanto isso, ele segue fazendo anotações, com os poucos pedaços de papel que mantém consigo, registrando o que sente e observa.

Como escritor, era compelido por força invencível a registrar os frutos da observação segundo os princípios da verdade. [...] não pode deixar de escrever, estilizar ou, mais tarde, registrar o que via. No tremendo porão do navio, na cela, na colônia correccional, quando o horror ou o tédio da situação o levavam ao jejum, à repulsa pelo mundo, vai anotando a sua experiência febrilmente, sem parar. Era uma vocação imperiosa, [...] tornando-o um servidor da vida, no sentido de que esta o estimulava e perturbava, nele e fora dele, obrigando-o a lhe dar categoria de arte (CANDIDO, 1992, p. 58).

O autor não só narra os fatos que acontecem consigo e com aqueles que estão ao seu redor, com descrições do que ocorre diante de seus olhos, como o faz através de uma sensibilidade única. Percebemos, através da linguagem utilizada nesse livro, como Graciliano era sensível ao captar, detalhadamente, as situações e os sentimentos seus e dos demais. "E aí o estudioso de ciências humanas se surpreenderá ao encontrar nesse observador de condutas solitárias um perspicaz analista das razões culturais que as enformam" (BOSI, 2002, p. 231). Por isso, não se trata somente de uma retomada da H(h)istória, mas também de uma interpretação crítica de uma perspectiva diferenciada. Dessa forma, podemos colocar, paralelamente, as versões dos fatos contadas por Graciliano com as dos livros e documentos oficiais, e, a partir disso, constituir a nossa própria interpretação. Temos, na narração do autor nordestino, o "[...] olhar perspicaz, coisa sempre rara, vê o que passa despercebido à maioria desatenta. Nesse caso, a verdade subjetiva de uma só testemunha poderá valer pela verdade objetiva que a história pretende guardar e transmitir" (BOSI, 2002, p. 235).

Com a leitura das *Memórias do Cárcere*, podemos apreender muitos detalhes da vida que levavam os inúmeros reclusos pelo governo do Estado Novo, entre eles, principalmente, os presos políticos (como o próprio Graciliano). Através da obra, conhecemos as situações precárias pelas quais passam. Também, mesmo estando dentro das prisões, Graciliano e os colegas sempre acabam sabendo do que ocorre no Brasil e mundo afora, passando por esse momento histórico, social e cultural importante. Na maioria das vezes, essas informações chegavam por meio das mulheres (em sua maioria esposas), que faziam visitas frequentes de meia hora, quando possibilitadas pelos guardas. Criava-se, assim, uma teia de informações:

As mulheres funcionavam como agentes de ligação, traziam notícias minuciosas, levavam relatórios, cartas, recados. [...] Na cidade estirava-se uma cadeia invisível, da oficina ao quartel e ao congresso. [...]

crecia o número das portadoras de informações e pedidos. As bolsas das mulheres se pejavam. [...] Revistas improvisadas interceptavam frações da arriscada e numerosa correspondência; grande parte dissimulava-se nos vestidos, submergia-se na roupa íntima e escapava. Na rua as incansáveis intermediárias, fugindo à perseguição dos investigadores que farejavam pistas [...]. Chegando em casa, podiam examiná-las com rigor as fêmeas da polícia infiltradas no serviço secreto: os papéis tinham levado sumiço em vãos de portas, escadas, apartamentos, consultórios. [...] A entrega dos envelopes exigia prestidigitação: ligeiros, diante de funcionários, deixavam as mangas dos presos, mergulhavam entre páginas de revistas, escondiam-se por baixo de lenços pequenos caídos no cimento. É possível que os guardas percebessem esses manejos e encolhessem os ombros com indiferença, não sendo obrigados a intervir; em alguns achei mais tarde cegueira voluntária e conselhos oportunos. [...] Minha mulher ambientava-se depressa [...]. Sapecava-me observações desanimadoras. O homem da rua nos julgava com severidade imensa, aceitava sem exame balelas forjadas [...] ampliava-as, estendia-as, enfim nos considerava a todos uns monstros. [...] Um governo corrupto disfarçava as mazelas e restaurava-se, coloria-se de novo, expunha-se a luz favorável. Todos os meios de publicidade a articular-se contra nós, nenhuma defesa (RAMOS, 1979a, p. 281-283).

Percebemos como se realizava a troca clandestina de cartas, e como se instituiu o fluxo de informações. Além disso, temos a denúncia da manipulação de notícias usadas pelo Governo, sendo que ficava a população pensando que as medidas tomadas eram corretas, pois tinham os prisioneiros como verdadeiros desordeiros, retidos para proteção da pátria. A publicidade governamental, desumanizava os presos, transformando-os, como a própria voz narrativa revela, em monstros. Assim, se são monstros, devem ser combatidos pelo governo salvador e suas ideias repelidas pela população.

Com essa voz de quem sofreu com a repressão (lembramos que sem ter uma culpa comprovada), o imaginário criado por muitos discursos históricos oficiais acerca do bom governo de Vargas começa a sofrer fissuras. Essas vão aumentando, à medida que lemos o romance, e nos ajudam a desmontar aquilo posto por esta historiografia. Ao dizer que o governo disfarçava as mazelas e as

coloriam, transformando aqueles que se opunham à opressão e corrupção como “o ruim” e o governo como o “salvador”, o narrador revela uma das estratégias, hoje reconhecidas por estudiosos de diferentes áreas, comum aos regimes autoritários, como nazismo e fascismo. Desse modo, o texto literário é um porta voz de denúncia que traz à tona o que, muitas vezes, é ignorado por discursos tidos como oficiais e verdadeiros.

Essa questão da memória em obras literárias é discutida pelos teóricos³ há muito tempo; para eles, a utilização de relatos é uma forma de se registrar um fato, uma experiência, e uma forma de não deixar que uma história seja apagada. Assim, a memória é uma ferramenta para manter o acontecimento vivo, impedindo que esse caia no esquecimento. De acordo com Nilma Machado Carvalho (2009, p. 1808),

[...] a memória transformou-se em um gênero literário voltado ao Eu interior, com objetivo de entender os dramas vividos, enfatizando um ponto de vista particular com o qual o leitor se identifica porque viveu, de alguma forma, um evento semelhante, pois o caráter do gênero memória é o de testemunhar e trazer à tona um episódio que foi relevante no passado.

Essas informações manipuladas aparecem em outros momentos, na maioria deles quando Graciliano as constata e denuncia:

[...] em notas oficiais e em discursos badalados no Congresso, tentavam abafar tênues rumores, notícias vagas de maus tratos. A liberdade de imprensa funcionava contra nós, achava o Governo excessivamente generoso, e essas mentiras me davam a certeza de que a reação ainda precisava enganar o público e não dispunha de muita força, como nos queria fazer supor (RAMOS, 1979a, p. 338).

Há um esforço da parte do governo ditatorial em tentar enganar e convencer o público de suas mentiras. Ademais, um leitor atento, por meio de tal relato, pode começar a questionar o papel da imprensa nesse jogo: ela estava sendo obrigada a expor tais ideais do governo, por meio da censura e ameaça, ou

³ Jacques Le Goff, Pierre Nora, Márcio Seligmann-Silva e Silvano Santiago são alguns dos teóricos que abordam a temática da memória.

estava sendo condizente por receber algo que a beneficiasse em troca? O discurso ficcional, assim, nos leva a duvidar daquilo que é construído como discurso imparcial, apenas informativo e que traz a verdade absoluta, a começar pelo jornalístico e, na sequência, ao histórico.

Certo dia, na Colônia Correccional

correu um boato: alguns jornalistas iam visitar-nos. À hora do almoço notei modificação na sala estreita e longa: nas tábuas dos cavaletes a pavorosa boia se disfarçava debaixo de folhas de alface. O medo à reportagem nos explicava o uso das máscaras verdes, inúteis, pois a visita não se realizou. Agora, na presença da religião, os nossos carcereiros fingiam brandura (RAMOS, 1979b, p. 131).

A própria semântica do nome do local revela a intenção do governo. Uma das definições da palavra colônia é “agrupamento de pessoas, ou as instalações onde elas se reúnem, ou pela profissão, ocupação, ou para determinado fim (colônia agrícola, colônia de férias, colônia penal)”⁴. A partir disso, podemos inferir que tal uso pode não estar desprendido da intenção de ludibriar a população, fazendo-a crer que o local onde eram enviados aos presos era bom, talvez como uma colônia pacífica e de respeito ao ser humano. Também podemos especular que tenha certa relação com os feitos em outros regimes autoritários, como o fascismo na Itália e ditadura salazarista (ambos na mesma época do Estado Novo), ou mesmo na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Visto que a propaganda nazista apresentava aos alemães que os judeus eram levados à lugares nos quais podiam trabalhar, tinham moradia, atendimento médico, escondendo o horror dos campos de concentração⁵. Já a palavra correccional é “relativo a correção; em que (tribunal) são julgadas causas criminais de menor importância; que (pena) se aplica a delitos menores”⁶, logo reforça a ideia de que naquele lugar estavam os considerados criminosos que precisavam ser corrigidos, mas

⁴ LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática, 2000, p. 178.

⁵ Isso pode ser encontrado em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/deceiving-the-public>

⁶ LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática, 2000, p. 200.

ignorava-se o fato do julgamento, apenas se punia, mesmo que não houvesse um crime real⁷. As pessoas eram taxadas de criminosas, imagem essa repassada ao povo, pelo governo como lhe conviesse, os presos não tinham direitos humanos atendidos, nem julgamento justo, como ocorreu com o protagonista do enredo.

Assim, diante das instituições sociais, o governo repressor tentava parecer (ou se fazia transparecer) ameno, escondendo as situações humilhantes e desumanas às quais submetiam os detentos. Esse é, provavelmente, um dos motivos pelos quais Graciliano personagem promove sua denúncia, tornando público o seu testemunho. Em algum momento, ainda na Colônia Correccional, ele fala aos responsáveis que irá divulgar o tratamento que recebem ali, quase em tom de ameaça, ao que o médico que o atendia fica surpreso. Como Graciliano retoma:

[...] experimentei de chofre a necessidade imperiosa de expandir-me numa clara ameaça. A desarrazoada tentação era tão forte que naquele instante não me ocorreu nenhuma ideia de perigo.

– Levo recordações excelentes, doutor. E hei de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram.

– Pagar como? Exclamou a personagem.

– Contando lá fora o que existe na Ilha Grande.

– Contando?

– Sim, doutor, escrevendo. Ponho isso tudo no papel.

O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carrancudo:

– O senhor é jornalista?

– Não, senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a Colônia Correccional. Duzentas páginas, ou mais. Os senhores me deram assunto magnífico. Uma história curiosa, sem dúvida.

O médico enterrou-me os olhos duros, o rosto cortante cheio de sombras. Deu-me as costas e saiu resmungando:

– A culpa é desses cavalos que mandam para aqui gente que sabe escrever (RAMOS, 1979b, p. 150).

Nesses momentos, nota-se que os responsáveis não gostariam que a situação em que se

⁷ Ao tratar de colônia, bem como a menção do dicionário de “colônia penal”, há a possibilidade de relacionar ao texto de Kafka *Na colônia penal* (1919), em que o autor critica o instituto penal e os castigos dados aos presidiários e barbáries cometidas na instituição.

encontravam os presos fosse conhecida pelo restante da população. Talvez, tendo o conhecimento desses dados, o público veria o governo em todas as suas facetas, e não acreditaria tão piamente em suas decisões. É assim que surge o livro de Graciliano Ramos, alguns anos depois. E, “[p]ensando na arte como forma de protesto, podemos compreender a característica porventura fundamental da obra de Graciliano” (CANDIDO, 1992, p. 64). A ficção, a historiografia e a realidade se interconectam por meio de uma linguagem poética conduzindo o leitor à reflexão. Através da memória temos um

[...] recurso para compreender a sociedade a partir do indivíduo e do grupo em que ele está inserido. Além de permitir entrar em contato com fatos que marcaram uma coletividade, metonimizado num indivíduo, é usado também como recurso na literatura para compreender os depoimentos de traumas sobrevividos (CARVALHO, 2009, p. 1810).

Primeiramente, Ramos narra, entremeado às suas percepções, o espaço do navio, Manaus, em que são colocados a caminho do Rio de Janeiro. Logo ao descer as escadas:

Ao pisar o primeiro degrau, senti um objeto roçar-me as costas: voltei-me, dei de cara com um negro fornido que me dirigia uma pistola para-bellum. Busquei evitar o contato, desviei-me; o tipo avançou a arma, encostou-me ao peito o cano longo, o dedo no gatilho. [...] exposição besta de força tinha por fim causar medo [...]. Ridículo e vergonhoso. [...] O ferro tocava-me as costelas, impelia-me [...] experimentamos a raiva fria e impotente, desejamos fugir à humilhação e nenhuma saída nos aparece. Temos de morder os beiços e baixar a cabeça, engolir a afronta (RAMOS, 1979a, p. 118).

“Era como se fossemos gado e nos empurrassem para dentro de um banheiro carrapaticida. [...] Simples rebanho, apenas, rebanho gafento, na opinião dos nossos proprietários, necessitando creolina. Os vaqueiros, armados e fardados, se impacientavam” (RAMOS, 1979a, p. 121). Não bastasse o tratamento hostil, a violência exacerbada e gratuita, o porão do navio se mostrava nem um pouco agradável: “[...] parei meio sufocado

por um cheiro acre, forte, desagradável, começando a perceber em redor [...] a multidão que ali se achava. [...] constituíamos boiada numerosa" (RAMOS, 1979a, p. 121). Novamente é colocado ao leitor um contraponto entre a propaganda de bom governo disseminada pelos regimes autoritários de nacionalismo, de cuidado com o povo e a forma como eles realmente agiam. Aqueles tidos como inimigos eram animalizados, em uma tentativa de aniquilar qualquer humanidade e, assim, desejos e pensamentos de oposição ao governo.

Em vários momentos, Graciliano usa o chapéu para abanar, tentando afastar o "cheiro horrível, mistura de suor e amoníaco" (RAMOS, 1979a, p. 121). Pensa, até mesmo, que não suportaria aquela caldeira, aquele clima de inferno envolvido na imundície (RAMOS, 1979a, p. 123-127). Com o tempo e a aglomeração de todas aquelas pessoas em condição sub-humana:

Voltava o calor medonho. Não era, com precisão, calor: era abafamento. Insuficiência de ar para tantos pulmões. Os grupos arquejavam, tossiam, engrossavam debaixo da escotilha. Metido na roupa leve, mexia-me devagar, cautelosamente. Não me arriscaria a calçar chinelos: conservava os sapatos, e, embora tivesse os pés resguardados, repugnava-me em certos pontos encostar as solas na tábua: andava sobre os calcanhares, banzeiro como um papagaio, receoso de pisar nas imundícies, cada vez mais abundantes. As cascas de frutas, restos de comida, detritos de toda espécie, aumentavam. Aquela gente escarrava no chão, vomitava no chão; a um canto, perto da escada, havia sempre alguns indivíduos de costas, molhando a parede; corria desse mictório improvisado um filete que desaguava no charco movediço. A vaga se avolumava, prometia varrer o soalho inteiro, a evaporação nos afligia com o horrível fartum, sem descontinuar. Nenhum escoadouro (RAMOS, 1979a, p. 142).

"A porcaria aumentava consideravelmente. Se não viessem fazer baldeação, dentro em pouco não teríamos um pedaço de tábua limpa. Mexia-me cauteloso, as calças arregaçadas, examinando cuidadosamente o chão" (RAMOS, 1979a, p. 152). Hora a hora, ele ia-se "habitando àquela existência de bicho em fuma" (RAMOS, 1979a, p. 172). Tais imagens dadas pelo narrador se contrapõe com a

imagem mencionada anteriormente de com a instituição se organizou para receber a imprensa, trazendo à tona a diferença gigantesca entre o que o governo fazia e o que mostrava. Ao esconder esses horrores, as instituições fornecem um material ao povo e, conseqüentemente aos discursos oficiais que camuflava o que realmente acontecia, criando "uma verdade" aceita por muitos e consagrada em muitos discursos históricos. Vide a imagem de bom governante e homenagens feitas a Getúlio Vargas por muitos anos no Brasil.

De acordo com Antonio Candido (1992, p. 63-64):

[n]o porão do navio que o traz preso ao Rio de Janeiro, [Graciliano] faz a experiência realmente infernal da imundície, da promiscuidade, à mercê de determinações que ignora, sem noção do destino que o aguarda. O seu ajuste à situação é eloquente: fecha o corpo, não ingerindo alimento, nem o eliminando, numa críspação negativa; e, no meio do pandemônio e da abjeção, redige sem parar notas em que descreve, pesa a situação; embora perdas depois, elas formarão o núcleo germinal das Memórias do Cárcere. Resiste, pois, tenazmente ao meio, nega-se às suas leis e encontra equilíbrio, precário mas decisivo, nas pequenas folhas de papel em que afirma a sua autonomia espiritual. A literatura é o seu protesto, o modo de manifestar a reação contra o mundo das normas constritoras. Como em quase todo artista, a fuga da situação por meio da criação mental é o seu jeito peculiar de inserir-se nele, de nele definir um lugar.

Através das memórias de Ramos voltamos ao passado e o investigamos, não para destruir a H(h)istória, mas sim para reavaliá-la e questionar criticamente o que aconteceu na sociedade, buscando ouvir as experiências e relatos dos excluídos, daqueles taxados como criminosos. Assim, essa literatura é capaz de produzir no leitor um desconforto, uma inquietação, levando-o a ser mais reflexivo e capaz de buscar identificar aquilo que está subentendido nos textos. Encontramos uma descentralização do discurso, o dá a oportunidade para o outro falar, pois, assim como afirma David Harvey, "todos os grupos têm o direito de falar por si mesmo, com sua própria voz, e de terem aceita essa

voz como autêntica e legítima” (2012, p. 52) e, assim, ele nos apresenta as inúmeras versões do mesmo fato, permitindo a reavaliação do passado.

Ao longo da narrativa, a cada vez que Graciliano é levado de um lugar a outro, notamos o seu esforço de adaptação e o estranhamento diante do tratamento violento que recebiam, sem motivo, visto que não tinham sequer forças para responder:

[...] vi a dois passos um soldado cafuzo a sacudir violentamente o primeiro sujeito da fila vizinha. Muxicões terríveis. A mão esquerda, segura à roupa de zebra, arrastou o paciente desconchavado, o punho direito malhou-o com fúria na cara e no peito. A fisionomia do agressor estampava cólera bestial; não me lembro de focinho tão repulsivo, espuma nos beiços grossos, os bugalhos duas postas de sangue. Os músculos rijos cresciam no exercício, mostrando imenso vigor. Presa e inerme, a vítima era um boneco a desconjurar-se: nenhuma defesa, nem sequer o gesto maquinal de proteger alguma parte mais sensível. Foi atirada ao chão, e o enorme bruto pôs-se a dar-lhe pontapés. Longo tempo as biqueiras dos sapatos golpearam rijo as costelas e o crânio pelado. Cansaram-se enfim desse jogo, o cafuzo parou, deu as costas pisando forte, soprando com ruído, a consumir uns restos de furor. O corpo estragado conservou-se imóvel. Estremeceu, devagar foi-se elevando, aguentou-se nas pernas bambas, mexeu-se a custo e empertigou-se na fileira, os braços cruzados, impassíveis. Todos em roda estavam assim, firmes, de braços cruzados, impassíveis. Nenhum sinal de protesto, ao menos de compaixão. Também me comportara com essa horrível indiferença, como se assistisse a uma cena comum. Éramos frangalhos; éramos fontes secas; éramos desgraçados egoísmos cheios de pavor. Tinham-nos reduzido a isso. Qual a razão daquela ferocidade? [...] Estávamos reduzidos àquilo (RAMOS, 1979b, p. 63).

Vê-se instaurar-se o medo, que ajuda a coibilos e controlá-los, tal como rebanho manso. Percebemos como o discurso histórico e/ou fictício, não apenas desvela a angústia de um sujeito, como também o desestabiliza, pois acompanhamos suas sensações ao perceberem-se divididos, fragmentados. Além disso, a sua subjetividade é sempre atrelada aos fatos históricos, principalmente quando o Graciliano Ramos traz em suas memórias a violência exercida pelo governo ditador, explicitando a relação que há

entre violência e poder. De acordo com Hannah Arendt, em seu texto *Da violência* (1985), a violência e o poder não são a mesma coisa, porém, a violência pode ser utilizada quando quem está no poder se sente ameaçado, sente que poderá perder o controle e, assim, utiliza-se da violência para reprimir aqueles que são oposição ou pensam diferente. A violência passa a ser um instrumento para causar medo e assegurar que o controle permaneça com quem o possui. Por isso, tanta violência foi cometida durante os regimes ditatoriais, pois ela é a base desse tipo de governo, e por isso tantas pessoas sofreram o mesmo que Graciliano sofreu.

Aquilo que não sofriam eles mesmos, ficavam sabendo por meio de seus companheiros, de outros que haviam sofrido torturas inomináveis:

Falavam-me também num terceiro chefe da sedição, o mais importante, conservado em Natal por não se poder ainda locomover: seviciado em demasia, aguentara pancadas no rim e, meses depois da prisão, mijava sangue. Arrepiava-me pensando nisso. Achava-me ali diante de criaturas supliciadas e, conseqüentemente, envilecidas. A minha educação estúpida não admitia que um ser humano fosse batido e pudesse conservar qualquer vestígio de dignidade. Tiros, punhaladas, bem: se a vítima conseguia restabelecer-se, era razoável andar de cabeça erguida e até afetar certo orgulho: o perigo vencido, o médico, a farmácia, as vigílias, de algum modo a nobilitavam. Mas surra – santo Deus! – era a degradação irremediável. Lembrava o eito, a senzala, o tronco, o feito, o capitão-de-mato. O relho, a palmatória, sibilando, estalando no silêncio da meia-noite, chumaço de pano sujo na boca de um infeliz, cortando-lhe a respiração. E nenhuma defesa: um infortúnio sucumbido, de músculos relaxados, a vontade suspensa, miserável trapo [...]. Não me ocorrera a ideia de que prisioneiros políticos fossem tratados da mesma forma: a palavra oficial dizia o contrário, referia-se a doçura, e não me achava longe de admitir pelo menos parte disso. [...] não me viera [...] a suspeita de que a imprensa e o governo mentissem descaradamente quando isto não era preciso (RAMOS, 1979a, p. 138-139).

Aqui vê-se a denúncia da palavra oficial que não afirmava e nem relatava nada a respeito dessa violência gratuita. Muitas vezes, algum dos colegas morria devido às condições, e ninguém lhe dava muita

atenção, tampouco o discurso oficial dirigia a palavra a tais casos; como o que aconteceu com Domício Fernandes:

Domício Fernandes [...] que viajara comigo no porão do Manaus, morreu à noite. De manhã, quando se varria o alojamento e os presos arejavam no curral de arame, o cadáver foi retirado, em cima de uma tábua. Vi de longe o embrulho fúnebre; não se percebia nenhuma parte do corpo; fora envolto provavelmente no cobertor ou na rede. Iam enterrá-lo assim.

Virei-me, afastei-me daquilo. Apesar de viver numa espécie de anestesia, abalei-me, senti a morte avizinhar-se de mim. As dores no pé da barriga cresceram, a tosse me deu a certeza de que os pulmões se decompunham. Iriam levar-me qualquer dia enrolado no lençol tinto, vermelho de hemoptises. Era coisa prevista, imaginada sempre, mas o jeito de fazer o enterro, a mudança de uma criatura humana em pacote jogado fora sem quebra de rotina, expôs-me com horrível clareza à insignificância das nossas vidas. Não se indagava a causa da súbita desvalorização: bastava a nossa presença ali para justificar o lento assassinio (RAMOS, 1979b, p. 126).

Assim, vê-se nessa obra que “[...] as fronteiras mais radicais que já se ultrapassaram foram aquelas existentes entre a ficção e a não-ficção [...] entre a arte e a vida” (HUTCHEON, 1991, p. 27). Essa ficção é “[...] como mais um entre os discursos pelos quais elaboramos nossas versões da realidade” (HUTCHEON, 1991, p. 64 e, assim, desestabiliza aquilo dito como discurso oficial verdadeiro.

Apesar de todos os horrores que presenciava, alguns acontecimentos ainda o surpreendiam, tais como a indiferença diante de um companheiro morto. Entretanto, de nada adiantava a indignação, a surpresa; como um dos guardas esclarece, posteriormente, revelando as reais intenções da ordem ditatorial:

– Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. [...] Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer.

Embora não me restasse ilusão, a franqueza nua abalou-me: sem papas na língua, suprimiam-nos de chofre qualquer direito e anunciavam friamente o desígnio de matar-nos. Singular. Constituímos uma sociedade numerosa, e não tínhamos nenhum direito, nem ao menos o direito de

viver. Esquisita afirmação. Várias pessoas estavam ali sem processo, algumas deviam quebrar a cabeça a indagar porque as tratavam daquele jeito; não havia julgamento e expunham claro o desejo de assassiná-las. Não nos faziam ameaça vã, como notei depois. Atenazavam-me as palavras do caolho: todos iguais, nenhum direito, os soldados podiam jogar-nos impunemente no chão, rolar-nos a pontapés. E finar-nos-íamos devagar (RAMOS, 1979b, p. 65).

A truculência do governo opressor se revelava ainda nas prisões inexplicáveis, sem real processo empreendido. O que ocorre não somente com Graciliano, mas também com outros, os quais o autor vem a conhecer posteriormente, como Tiago, que servia na marinha inglesa e, vindo ao Brasil apenas por saudades, acaba preso por um engano, ao se negar a pagar ao taxista o valor exorbitante pedido: “[...] ao saltar no cais do porto, ouvira a escorchante exigência da patifaria nacional: cem mil-réis pela corrida, um furto. – Você está maluco, protestava Tiago. Pensa que sou gringo? Nasci no Rio, tenho isto de cor. Tome vinte mil-réis, que é muito, e guarde o troco.’ Berros do *chauffeur*. – ‘Ladrão, comunista.’” Apenas essa acusação foi suficiente para que ele fosse retido, e, não importando os protestos e as promessas de nem sequer mencionar o país de origem quando em outros países, acabou junto com Graciliano e seus companheiros, pois, como resolve o delegado: “Não é bom que esse negócio seja contado lá fora. Você fica”. Agora, conclui Graciliano, “[e]ra aquilo. Se a boia, nojenta, os piolhos, os mosquitos, decidissem matá-lo, Tiago sairia do galpão como Domício Fernandes, em cima de uma tábua, envolto num lençol” (RAMOS, 1979b, p. 126).

Sendo “Graciliano Ramos [...] um negador pertinaz dos valores da sociedade e das normas decorrentes”, vemos que, em *Memórias do Cárcere*, elas “são a iniquidade da ordem vigente, incompreensíveis, contraditórias, algo fantásticas; e apenas quando infringidas dão lugar a certo fermento de humanidade” (CANDIDO, 1992, p. 61). Talvez por isso, as palavras de Graciliano vêm para mostrar que, muitas vezes, os fatos reais parecem ainda mais inverossímeis que os ficcionais; como ocorre nesse panorama do governo opressor. Assim, vê-se a

necessidade de relatar e comentar tais acontecimentos, uma vez que podemos conseguir novos ângulos de compreensão, que não aqueles dos textos históricos e dos documentos oficiais; além disso, os relatos oficiais não trazem tais detalhes e exposições fornecidas pela narração de Graciliano.

O ato de “[...] fazer ficção implica exercitar à exaustão o sentido do possível. Para isso, congregam-se os discursos que tangem a realidade cotejando-os com os mecanismos da (i)lógica ficcional, buscando-se os limites da própria linguagem” (FIORUCI, 2012, p. 146). Pelas memórias tenta-se trazer à tona o fato de que qualquer discurso carrega sentidos implícitos, sendo esses conscientes ou inconscientes. Como quando Ramos relato o que viu e viveu conclama a situação do Brasil a fazer parte da ficção, sendo que “O texto escuta as ‘vozes’ da história e não mais as representa como uma unidade, mas como jogo de confrontações” (CARVALHAL, 1998, p. 48)

Deve-se lembrar que “[é] sempre possível opor os testemunhos uns aos outros, quer no que diz respeito aos fatos relatados, quer no que respeita à fiabilidade das testemunhas”, e, assim, “o testemunho é, ao mesmo tempo, o ponto fraco do estabelecer da prova documental”. E, dessa forma, “[u]ma parte importante da batalha dos historiadores para o estabelecimento da verdade, nasce da confrontação dos testemunhos, principalmente dos testemunhos escritos” (RICOEUR, 2003, sem paginação).

Só assim podem ser recuperadas do passado, feito tábua rasa, outras imagens, diversas das até então consignadas pelo vencedor. A possibilidade da lembrança descortina-se justamente onde a história procede ao cancelamento do passado, ou seja, no detalhe, no particular, no pequeno, a partir deles e com eles, resgatados e revividos pela memória. Esse contramovimento destrutivo e criador permite a salvação da história “verdadeira”, da história que não pode ser escrita e que as Memórias do Cárcere acabam por revelar (MIRANDA, 2009, p. 147, grifos do autor).

Nesse sentido, o texto de Ramos empreende a “tarefa de desnudamento do processo histórico” (MIRANDA, 2009, p. 155), onde “[a] ditadura e o governo são totalmente desmascarados [...], e as

lacunas vendadas pela História tornam-se conhecidas, evidenciam-se de tal forma que as injustiças e os terrorismos passam a protagonizar no cenário” (MEDEIROS, 2005, sem paginação).

As denúncias de Graciliano contra o governo seguem, ao contar os pormenores do tratamento que eles e os demais detentos (independentemente se homens ou mulheres) recebiam. Em alguns momentos ele até mesmo se esforça para reagir, mas acaba desistindo:

Ligeiras pancadas no corpo despertaram-me súbito. Estremeci, depois que me revoltei: da coberta jogavam no porão cascas de tangerina, que me vinham cair dentro da rede. Procediam exatamente como se as lançassem num chiqueiro. Protestei furioso, mas o protesto e a fúria desanimara, a voz fraca deve ter morrido a poucos metros. Resignei-me em seguida. Inútil gritar. Um chiqueiro, evidentemente. Era como se fossemos animais (RAMOS, 1979a, p. 163).

O modo como eram tratados os levavam a realmente assumirem-se como animais, aspecto observado pela retomada de termos tais como “selvagens”, “rebanho”, entre outros de cunho animalesco, para referir a si e a seus companheiros. Era a interpretação que faziam a respeito da situação a que os submetiam, uma vez que até as coisas mais simples, como a utilização do banheiro, consistiam em atos ultrajantes:

Exposição humilhante era a sórdida latrina, completamente visível. Sobre o vaso imundo havia uma torneira; recorreríamos a ela para lavar as mãos e o rosto, escovar os dentes. As dejeções seriam feitas em público. A ausência de porta, de simples, cortina, só se explicava por um intuito claro da ordem: vilipendiar os hóspedes. Nem cadeiras, nem bancos, inteiro desconforto, o aviltamento por fim, a indignidade. Alguém teve ideia feliz: conseguiu prender uma coberta em frente à coisa suja, poupou-nos a visão torpe. Isso nos deu alívio: já não precisávamos fingir o impudor e o sossego de animais (RAMOS, 1979a, p. 194).

“Temos aqui um cruzamento raro, moderno, de análise psicológica e interpretação cultural. Esse efeito de densidade se produz quando a escrita da memória avança e transpõe a fronteira que a separa

da reflexão sobre valores coletivos que imantam os gestos do indivíduo" (BOSI, 2002, p. 232). "Assim, ficção e confissão constituem na obra de Graciliano Ramos pólos que ligou por uma ponte, tornando-os contínuos e solidários" (CANDIDO, 1992, p. 69). Desse modo, é a sua leitura daquele momento histórico que enriquece a narração, ao fornecer uma perspectiva não abordada pelos textos históricos e jornalísticos da época, devido, necessariamente, à censura governamental. O próprio autor comenta a defasagem do texto literário, em função dessa repressão, a que estavam submetidos não só os escritores, como também os jornalistas, professores, artistas, entre outros:

A literatura fugia da Terra, andava num ambiente de sonho e loucura, convencional, copiava figurinos estranhos, exibia mamulengos que os leitores recebiam com bocejos e indivíduos sagazes elogiavam demais. O romance abandonava o palavrão, adquiria boas maneiras, tentava comover as datilógrafas e as mocinhas das casas de quatro mil e quatrocentos. Uma beatice exagerada queimava incenso defumando letras e artes corrompidas, e a crítica policial farejava quadros e poemas, entrava nas escolas, denunciava extremismos. [...] *vivíamos de fato numa ditadura sem freio*. Esmorecia a resistência, dissolvidos os últimos comícios, mortos ou torturados operários e pequeno-burgueses comprometidos, escritores e jornalistas a desdizer-se, a gaguejar, todas as poltronas a inclinar-se para a direita, quase nada poderíamos fazer [...] (RAMOS, 1979a, p. 50, grifo nosso).

Destarte, "[...] já tínhamos uma pequena amostra do que nos oferecia o absolutismo novo, sem disfarces, dentes arreganhados, brutal: o rebaixamento da produção literária." (RAMOS, 1979, v.1, p. 59). O controle do governo, então, é efetivado de várias formas, sendo uma delas a censura. Neste momento, Graciliano traz a problematização de um dos principais aspectos do fato histórico que nos chega ao presente, da forma como o conhecemos; tendo em vista que

[a] relação do historiador com o real não é tão inequívoca como parece, porque a história não se escreve a partir de uma realidade, mas sim das interpretações que épocas sucessivas puderam construir

dessa realidade. Um acontecimento do passado não existe para nós por ter ocorrido um dia, mas por sabermos que ocorreu um dia, mediante seu registro sua interpretação pelo cronista ou pelo historiador [...]. Toda escrita introduz uma forma de escolha, de arbitrário e de imaginário, da qual nem o próprio historiador consegue livrar-se inteiramente, apesar ou mesmo em virtude da objetividade e da isenção buscadas (MIRANDA, 2009, p. 146).

Ao considerar esses aspectos:

não é difícil perceber em que medida um texto da envergadura autobiográfica das *Memórias do Cárcere* é um modo "particular" de ler e não de escrever a história. [...] Além disso, para Graciliano, a história, pelo menos no que diz respeito ao modo como aparece registrada nos livros oficiais, não passa de um processo linear, de um acúmulo quantitativo de fatos que apenas confirmam a perenidade do já consolidado e imposto pela classe dominante [...] contra qual a sua visão do passado busca contrapor-se (MIRANDA, 2009, p. 146, grifos do autor).

Revela-se, então, um dos motivos pelos quais sua obra é lida e relida ainda hoje, porque "[a] força da palavra de Graciliano nestas memórias vem da sua coragem de relativizar tanto as versões alheias como as próprias" (BOSI, p. 235). Esse ato de relativizar mostra que o seu testemunho não quer "eternizar o passado", mas sim "confrontá-lo com o presente e inocular a própria mobilidade deste no narrado, reinventando com as imagens arbitrárias da memória e da imaginação a trajetória comum de vida percorrida" (MIRANDA, 2009, p. 121). É voltar nosso olhar par ao passado não para destruí-lo, mas sim revisitá-lo de maneira não inocente.

4. Considerações finais

(Re)pensar uma obra literária que tem como um de seus principais temas a H(h)istória, é sempre uma atitude contemporânea pertinente. Principalmente quando a narração nos traz uma perspectiva diferenciada, a ser contraposta com as versões históricas, referindo-se a períodos marcados pela repressão, dos quais sempre emergem novas informações, as quais haviam sido soterradas pela

censura à época. Revela-se, assim, uma relação substancial entre história e ficção, sendo que elas “[...] se articulam como campos discursivos solidários, que narram a experiência humana com imaginação, reflexão e pleno exercício da linguagem” (MILTON, 2012, p. 10).

A articulação do exercício de linguagem empreendido por Graciliano Ramos permite vermos “um escritor que sentiu profundamente os problemas que avassalam o homem do século XX” (COUTINHO, 1978, p. 60). E as condições a que ele e outros tantos foram submetidos pelo Estado Novo, serviram de filão para essa obra que não é apenas registro histórico, mas também arte literária de sensibilidade distinta. Esse período ocorre como uma escola de humanidade, onde

ingressou Graciliano Ramos para certas experiências de aviltamento, que vão desde o parasitismo dos percevejos até a dissolução da integridade moral por efeito do medo, do desespero, do envenenamento das relações, passando pela promiscuidade nos porões de navio, salas comuns, carros de presos, sem falar na tortura física e em formas repulsivas de perversão, que presenciou ou pressentiu. O fato de ter consagrado os últimos anos da vida a relatar uma experiência dessas prende-se, evidentemente, ao desejo de testemunhar, e é consequência lógica da marcha da sua arte, cada vez mais atraída pelo pólo da confissão (CANDIDO, 1992, p. 90).

Entretanto, não só confissão, como também problematização, uma vez que o relato de Graciliano acaba por problematizar os fatos históricos por sua própria narração, pois todo “testemunho também se sabe obra de *uma testemunha*, que é sempre um foco singular de visão e elocução”, sendo subjetivo (BOSI, 2002, p. 222, grifo do autor). Ele estabelece, assim, a relativização do discurso histórico, do discurso do outro e de seu próprio. O escritor sabe que “a escrita do testemunho deve dispor de uma considerável margem de liberdade” e, não obstante, “[...] não propõe absolutamente que a testemunha dê um salto para o discurso da imaginação; mas legitima um modo livre, nada ortodoxo, de tratar o fluxo da memória” (BOSI, 2002, p. 233-234).

Por fim, lendo o as memórias de Graciliano devemos considerar que o tema central (a literatura de testemunho) se expande para outros diversos significados. Por isso, o texto se enriquece à medida que consideramos não apenas uma perspectiva diferenciada (antes não abordada) da História, mas necessariamente uma das interpretações dessa. Sendo essa interpretação subjetiva, ela relativiza a visão dos demais e a sua própria, mostrando-nos, paralelamente, o mundo decrépito que o protagonista vivenciou, por uma voz arditosamente poética e sensível.

Referências

- ARENDDT, Hannah. Da violência. Trad. Maria Clara Drummond. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1985.
- BOSI, Alfredo. História concisa da Literatura Brasileira. 46. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. In: BOSI, Alfredo. Literatura e resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 221-237.
- CANDIDO, Antonio. Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- CARVALHAL, Tania Franco. Literatura comparada. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998. 94 p.
- CARVALHO, Nilma Machado. Eu: narrador e personagem, suas singularidades in memórias. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS E I CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISPANISTAS. Organização de Sara Rojo et.al. Anais. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2009. p. 1808-1816.
- COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria: Literatura e senso comum. Tradução: Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. 2. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 292 p.
- COUTINHO, Afrânio. (Org.). Graciliano Ramos – coleção fortuna crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FIORUCI, Wellington Ricardo. O labirinto da escritura: ficção e memória nas poéticas de Ricardo Piglia e Umberto Eco. In: FIORUCI, Wellington Ricardo; FIORUCCI, Rodolfo. (Org.). Vestígios de memória: diálogos entre literatura e história. Curitiba, PR: CRV, 2012. p. 145-160.
- HUTCHEON, Linda. Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível? Tradução do inglês por Hugo Mader. Novos Estudos, p. 185-2023, março, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/xDSWf78FZTqyfnhBdgSvtpB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2023.
- MACHADO, Ana Maria. Tropical sol da liberdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- MEDEIROS, Joselaine Brondani. Memórias do cárcere: uma possibilidade de releitura histórica, Literatura e Autoritarismo, n. 5, sem paginação, jan. – jun. 2005, Santa Maria, UFSM. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num5/index01.html>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- MILTON, Heloisa Costa. Prefácio: A literatura lê a história, a história não deixa de ler a literatura. In: FIORUCI, Wellington Ricardo; FIORUCCI, Rodolfo. (Org.). Vestígios de memória: diálogos entre literatura e história. Curitiba: CRV, 2012, p. 9-14.
- MIRANDA, Wander Melo. Corpos Escritos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- RAMOS, Graciliano. Memórias do Cárcere. São Paulo: Record, v. 1, 1979a.
- RAMOS, Graciliano. Memórias do Cárcere. São Paulo: Record, v. 2, 1979b.
- RICOEUR, Paul. Memória, história, esquecimento. Budapeste, 8 mar. 2003. Palestra.